

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.

Contratada: Vix Serviços/ES Ltda. - ME.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses a contar de 17/12/2017.

Valor mensal: R\$ 25.822,33.

Dotação Orçamentária: Atividade 04.122.0615.2070; Elemento de despesa 3.3.90.37; Fonte 0101, do orçamento da SEFAZ.

Vitória/ES, 06 de dezembro de 2017

BRUNO FUNCHAL

Secretário de Estado da Fazenda
Protocolo 363046

RESUMO DO CONTRATO Nº 030/2017

Pregão Eletrônico nº 007/2017
Processo nº 62116754/2013

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.

Contratada: 7Lan Comércio e Serviços Eireli.

Objeto: Prestação de serviços de captura de imagens, alarme e controle de acesso.

Vigência: Início a partir do dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Valor Anual: R\$ 159.000,00.

Dotação Orçamentária: Atividade 04.122.0615.2070; Elemento de Despesa 3.3.90.39; Fonte 0101, do orçamento da SEFAZ.

Vitória, 30 de novembro de 2017.

BRUNO FUNCHAL

Secretário de Estado da Fazenda
Protocolo 363036

Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES -

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, Nº 127283.

BANCO: BANCO CENTRAL DO BRASIL, nos termos do "caput" do Art. 25 da Lei 8.666/93 - Processo nº 00015/2017 - Inexigibilidade de Licitação nº 086/2017.

INSTITUIÇÃO: BANESTES S.A - Banco do Estado do Espírito Santo.

Objeto: Autorização concedida pelo Banco à Instituição, para acessar o Sistema de Informações Banco Central - Sisbacen.

Valor: Conforme previsto na Cláusula Décima Terceira do contrato original.

Prazo: 60 meses, a contar de 20.11.2017.

Vitória, ES, 06.12.2017.

GEACO/COSER

Protocolo 363019

ERRATA

Na publicação do dia
06/12/2017, protocolo
362446, onde se lê:

**RESUMO DO ADITIVO AO
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE
IMÓVEL N.º 126.603.**

Leia-se:

**RESUMO DO CONTRATO DE
LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º
126.603.**

Vitória, ES, 06/12/2017

GEACO/COSER

Protocolo 363023

Banestes Seguros S/A - BANSEG -

**RESUMO DO PRIMEIRO TERMO
ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE MÃO DE OBRA PARA
COPEIRAGEM, Nº 121034.**

DAS PARTES: BANESTES
SEGUROS S/A X ZAP SERVIÇOS E
CONSERVAÇÃO LTDA.

OBJETIVO: - Com base na CCT
2017/2018, reajustar o valor
mensal por posto de trabalho
passando para :

- R\$ 2.680,03, no período de
01.01.2017 a 30.04.2017; e
- R\$ 2.742,52, a partir de
01.05.2017.

Vitória, ES, 05.12.2017

GEACO/COSER

Protocolo 363015

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 009 - 007/2017

Cronograma de Chamada 2ª etapa
do Processo Seletivo Técnico
em laboratório (Análise
Clínica) (Região Centro-Oeste
(Colatina)), Enfermeiro (Região
Centro-Oeste (Colatina)),
Nutricionista (Região
Metropolitana), Farmacêutico
hospitalar (Região
Metropolitana), Odontólogo
(Região Metropolitana), Médico
Socorrista (Região Nordeste)
(São Mateus)), Técnico em
Enfermagem (Região Centro-
Oeste)(Baixo Guandu)),
Neuropediatria (Região
Metropolitana) e Psiquiatria
Infantil(Região Metropolitana),
para CADASTRO DE RESERVA
de candidatos classificados
em PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO 007/2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA
SAÚDE, no uso da atribuição legal,
que lhe foi conferida pela Lei nº
3.043/75, Art. 46, **CONVOCA**
os candidatos classificados no
**Edital 007/2017, a listagem
dos convocados se encontra
publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local,
sendo Secretaria de Estado da
Saúde, no dia **14/12/2017**, nos
horários de **08h30 as 11h30 e
13h30 as 16h30** conforme descrito

no Cronograma de Chamada, a
fim de proceder a 2ª Etapa do
Processo Seletivo, que compreende
a comprovação dos requisitos
de qualificação profissional,
experiência profissional e formação
do **CADASTRO DE RESERVA,**

**sem a expectativa imediata da
formalização do contrato.**

Vitória, 06 de dezembro de 2017.

RICARDO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Saúde

Protocolo 363103

RESOLUÇÃO CIB Nº 245/2017

A Comissão Intergestores Bipartite, constituída por meio da Portaria nº.
185-P, de 24 de agosto de 1993, e,
CONSIDERANDO

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre
as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a
organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e outras
providências;

- a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a
participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS
e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na
área de saúde;

- a Portaria GM/MS nº 204, de 19 de janeiro de 2007, que regulamenta
o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e
serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com respectivo
monitoramento e controle;

- o Decreto federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização
do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência
à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta
o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores
mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito
Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece
os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as
normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas
3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de
19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras
providências;

- a Resolução CES nº 969, de 29 de setembro de 2016, que aprova o Plano
Estadual de Saúde do Espírito Santo 2016/2019;

- a Resolução CIT nº 23, de 17 de agosto de 2017, que estabelece diretrizes
para os processos de Regionalização, Planejamento Regional Integrado,
elaborado de forma ascendente, e Governança das Redes de Atenção à
Saúde no âmbito do SUS;

- a Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a
Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e
normas para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único
de Saúde (SUS);

- a Lei Estadual nº 10.730, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre
a instituição do Sistema de Transferência de Recursos do Fundo Estadual
de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática,
e dá outras providências;

- a Lei Estadual nº 10.733, de 19 de setembro de 2017, que institui a
Política Estadual de Organização da Atenção à Saúde - Rede Cuidar;

- a Resolução CIR Metropolitana nº 14, de 06 de junho de 2017, que define
a adesão dos municípios de abrangência da Rede Cuidar Santa Teresa;

- a Resolução CIR Metropolitana nº 15, de 06 de junho de 2017, que
aprova a carteira de serviços da Rede Cuidar Santa Teresa;

- a Resolução CIB/SUS-ES nº 119, de 7 de julho de 2017, que homologa a
resolução CIR nº 014/2017;

- a Resolução CIB/SUS-ES nº 120, de 7 de julho de 2017, que homologa a
resolução CIR nº 015/2017;

- a Resolução CIB/SUS-ES nº 182, de 6 de outubro de 2017, que aprova
as linhas de cuidado de ortopedia e oftalmologia para a Rede Cuidar Santa
Teresa, aprova o modelo de gestão e gerenciamento da Rede Cuidar e
aprova a possibilidade de estabelecer parceria com o Terceiro Setor para
operacionalizar os serviços;

- a Resolução CIB/SUS-ES nº 236, de 23 de novembro de 2017, que define
as diretrizes e regras gerais para implantação e implementação da Rede